

PORRO, Pasquale. *Tommaso d'Aquino. Um perfil storico-filosofico*. Roma: Carocci, 2012, 535p. ISBN: 978-88-430-6534-9.

A presente monografia é certamente o melhor estudo da atualidade acerca da obra de São Tomás de Aquino do ponto vista histórico-filosófico. Como obra de introdução ao pensamento tomista, compete em valor — não obstante com foco bem distinto — com a famosa *Initiation à saint Thomas d'Aquin* do Fr. Jean-Pierre Torrell, OP. De fato, o professor italiano Pasquale Porro, atualmente detentor da Cátedra de História da Filosofia Medieval da Universidade de Sorbonne, Paris, tem se consagrado como um dos maiores especialistas na obra do Aquinate.

A sua abordagem literária é desafiante: segue um percurso diacrônico (doutrinário-cronológico), como indica o próprio título. Em outras palavras, o Autor, com grande maestria, introduz as ideias filosóficas da *Opera omnia* tomista à medida que foram aparecendo em cada contexto histórico. A leitura é agradável — embora em certas partes se torne cansativa, seja pela complexidade do tema em questão, seja pela própria articulação do texto —, porém, sem jamais perder a seriedade acadêmica. É também louvável que Porro cite constantemente as próprias palavras de Tomás, corrigindo por vezes as traduções já existentes.

A obra se divide em seis capítulos, correspondentes a cada uma das fases da vida acadêmica do mestre dominicano. Dada a sua importância e seu pecu-

liar estilo, esta resenha merece tratamento bem mais amplo que o normal.

Já nas premissas de *Tommaso d'Aquino*, o professor italiano assinala que seu autor não se julgava um filósofo *stricto sensu*, embora se utilizasse com frequência da filosofia (por vezes com assiduidade) em suas obras teológicas, reconhecendo a sua especial importância (p. 13-14). Aos olhos de um incauto crítico pós-moderno, as obras do Aquinate poderiam parecer desprovidas de utilidade concreta. No entanto, o Autor ressalta um dado assaz relevante: quase um terço de seus escritos foram encomendados (p. 22), e outros muitos se destinavam a resolver questões bastante específicas e práticas, discutidas em seu contexto. Tal enfoque ocorria por vezes através de feroz polêmica, sempre no contexto medieval da *disputatio*. O mestre dominicano estava bem longe de ser um autor quimérico!

Além disso, Porro ilustra com muita sabedoria analítica o quanto o *Comentário às Sentenças* já antecipa algumas questões tratadas na *Suma Teológica*. Por exemplo, a questão da evidência da existência de Deus (p. 66). A resposta já está aqui delineada: Deus é *per se* sumamente evidente (ao seu próprio intelecto), mas não em relação a nós (*quoad nos*). Neste contexto se encaixa o argumento anselmiano (dito “ontológico”), como eventual prova da existência de Deus. O Autor evidencia que este

pretendo argumento seria antes de mais nada uma *petitio principii*. Em outros termos, o argumento *pressupõe* a existência do *id quo maius cogitari nequit*, ao invés de se tratar de uma simples passagem indevida do mental para o real, como habitualmente se crê (p. 67).

O Autor justifica a inexistência da filosofia cristã para Tomás pelo simples fato que ele mesmo não quis se considerar um filósofo. Trata-se, é claro, de um argumento débil.

Como salienta Porro, já se delinea nos primeiros anos da atividade do Doutor Angélico alguns de seus principais temas filosóficos, tais como: a negação do hilemorfismo universal, a redução da matéria prima à pura potencialidade, etc. (p. 72), sem mencionar as linhas mestras do juvenil opúsculo *De ente et essentia*. Em contrapartida, é possível encontrar mudanças de opinião em algumas teses nas obras sucessivas (p. 72-73).

Outro dado interessante indicado pelo Autor: até o tempo de Capreolo (séc. XV) o *Scriptum super Sententiis* era mais lido e comentado que a própria *Summa Theologiae*. Ou seja, esta última obra não foi sempre considerada a “principal”. Ademais, diga-se de passagem, restringir-se a qualquer uma delas para uma interpretação global de Tomás seria desvirtuar o seu próprio pensamento.

O capítulo segundo se circunscreve à primeira regência de Paris (1256-1259). Este período é marcado pela crescente oposição entre seculares e mendicantes, perdurando por fases sucessivas, quando

os dominicanos e franciscanos passam a alcançar o predomínio das cátedras da universidade parisiense. Nesse sentido, é possível perceber logo nas primeiras páginas desta parte o grande conhecimento de Porro sobre o contexto medieval, mesmo em pormenores. Exemplo disso é a pitoresca descrição de como as discussões ideológicas podiam culminar até no embate físico: numa ocasião os dominicanos foram vítimas de pedradas por discussões teóricas e, certa vez, Luís IX chegou a enviar escolta armada para proteger uma aula inaugural de um novo mestre dominicano contra o assédio de seus inimigos doutrinários (p. 78-79). Nesse período Tomás se tornou *magister* (primavera de 1256) e escreveu sua primeira obra polemista, isto é, o *Contra impugnantes Dei cultum et religionem* (p. 79-80). Ainda no âmbito dos ataques desferidos contra os membros das nascentes ordens mendicantes, recorda-se que eram chamados pelos seculares de “falsos apóstolos” e até mesmo de “precursores do Anticristo”.

Durante essa primeira estadia em Paris, o Aquinate redige as *Quaestiones disputatae de Veritate*, a sua primeira obra do gênero. Quanto à questão da verdade propriamente dita, o Autor enfatiza que para Tomás ela existe em primeiro lugar no intelecto e secundariamente nas coisas, e ainda ousa dizer que “se por absurdo não existisse nenhum intelecto, humano ou divino, e as coisas permanecessem, não existiria nada de verdadeiro, porque, como foi dito, um ente é

verdadeiro apenas em relação a um intelecto (prático ou especulativo)” (p. 87). Sem embargo, essa interpretação poderia suscitar perplexidades no leitor, justamente pela aplicação do segundo sentido do verdadeiro. Dito de outro modo: as coisas, no caso hipotético em questão, teriam ainda a capacidade de serem conhecidas mesmo que não existissem intelectos para conhecê-las (a verdade se encontra de fato nas coisas como afirma a própria citação da p. 89, assim como o bem, como transcendental, é intrínseco às criaturas). Há talvez um matiz não claro no conjunto da interpretação de Porro. De qualquer forma é importante que ele tenha salientado que a falsidade só existe no intelecto (que compõe e divide). Em contrapartida, quando o intelecto opera por uma redução aos primeiros princípios, não é possível enganar-se. Interessante é a definição oferecida: “conhecer é conter em si a perfeição das outras coisas” (p. 93).

Ainda abordando o *De veritate*, continua o livro: “O fantasma é como uma imagem da coisa refletida num espelho e o nosso intelecto se dirige à coisa que é refletida mais que à própria imagem” (p. 97). O conhecimento de Deus abraça todas as coisas, inclusive as não-existentes (o que é impossível, é claro, para o intelecto criado) (p. 98). Recordada ainda que a própria onipotência divina está vinculada ao princípio de não contradição, simplesmente porque aquilo que é “impossível não pode ser realizado por nenhum agente” (p. 99). Dito

de outro modo: a impossibilidade parte do objeto e não da capacidade do sujeito. Tal impossibilidade inclui a tese de que em Deus não há sequer ideias contraditórias (p. 103), como, por exemplo, um “círculo quadrado”. A síntese contida nas páginas sucessivas acerca das “sementes de ciência” é esclarecedora, sobretudo no que tange ao papel do mestre na formação das ideias em seus discípulos. E aqui é útil a comparação com a função do médico, o qual apenas *auxilia* o paciente a se curar, pois quem cura propriamente é este último (p. 106). Ou seja, *mutatis mutandis*, quem conhece é o próprio aluno; o professor só oferece os meios externos para favorecer o conhecimento.

Porro esclarece, outrossim, o quanto a luz natural do intelecto agente não possa ser identificada com Deus, embora possua origem divina (Deus é o nosso mestre interior na tradição agostiniana) (p. 107). Ressalta ainda a circularidade de intelecto e vontade, refletida pela clássica relação entre causa final e causa agente (ou eficiente) (p. 111).

No que diz respeito às questões *quodlibetales*, de debate público, o livro assinala que poderiam ser propostas por qualquer participante e sobre qualquer argumento (p. 112). Não é do estilo do Aquinate — prevalentemente conciso, como sabemos — se estender demasiadamente por intermédio desse tipo de argumentação, como fora a preferência, por exemplo, do mestre secular flamengo Henrique de Gand (p. 114).

Neste capítulo, Porro também resalta a importância da contextualização do pensamento tomasiano, a fim de se evitar o que denominou de “etiquetas vazias”, ao aplicar ao Aquinate o rótulo de ser um simples adepto do Aristotelismo ou do Neoplatonismo em certos pontos (p. 118).

Sobre a questão da possibilidade de criar o infinito em ato, explica que nada impede que uma criatura possua o infinito sob certo aspecto, jamais se equiparando com a infinidade do Criador, cuja essência coincide com o ser (p. 123).

Sobre os comentários de São Tomás a Boécio, Porro relembra a perda de popularidade deste filósofo romano em torno ao século XIII. Nesse sentido, o Aquinate representa notável exceção por seu interesse nas obras boecianas (p. 125). No comentário ao *De Trinitate* são tratados temas muito importantes, a saber: a cognoscibilidade de Deus, fé e razão, e a divisão das ciências especulativas, baseada na maior ou menor mobilidade e materialidade do objeto de cada ciência. Quanto ao primeiro tema, relembra que podemos conhecer a Deus somente através de seus efeitos, pois estes revelam a sua eficácia causal. Quanto ao segundo assunto, evidencia que tanto a luz da razão quanto a luz da fé nos são infundidas por Deus e, portanto, não podem se contradizer. Ocupa-se também do estatuto científico da teologia e da metafísica.

O terceiro capítulo inicia-se com uma valiosa introdução histórica acer-

ca do Capítulo dos frades pregadores em Valenciennes (1259) e o regresso do Aquinate à Itália. Revela-se a importância que os dominicanos passaram a dar a uma adequada formação filosófica (p. 148), em sentido contrário aos reparos relativos à filosofia, em capítulos anteriores. De fato, Porro cita a já famosa referência de Santo Alberto Magno contra aqueles “ignorantes que que-rem combater o uso da filosofia”. Para o mestre de São Tomás, estes são como “animais brutos que blasfemam contra aquilo que não conhecem” (p. 151). De fato, os dominicanos podiam ser bem mordazes... Nada mais condizente e preciso em relação à etimologia da palavra que os distinguia: “*Domini canes*”, isto é, “cães do Senhor”.

Em seguida são dedicadas mais de setenta páginas a uma das obras mag-nas do Aquinate, isto é, a *Suma contra os gentios*. Foi provavelmente encomendada por seu confrade Raimundo de Peñafort, quem necessitava de um bom manual para refutar os muçulmanos de Espanha sob o ponto de vista doutrinário, ou melhor, recorrendo à pura razão natural (p. 153-154). Ressalta que Averróis não era de nenhum modo alvo do escrito, como se poderia pensar. O objetivo da obra não era propriamente polemizar (ser *contra* algo, apesar do título), mas sim intencionava servir de “meditação” acerca da verdade e de sua busca, ou seja, a sabedoria (p. 155).

Um dos pontos fundamentais ressal-tados por Porro a respeito dessa obra é

a relação entre fé e razão. Em síntese, é possível dizer que sem a fé: a) poucos homens alcançariam o conhecimento de Deus; b) além de isto ocorrer com muita dificuldade e através de tirocínio; c) por fim, poucos seriam imunes a dúvidas e falsidades. Já a razão pode prestar à fé os seguintes auxílios: a) para demonstrar os preâmbulos da fé; b) para esclarecer algumas verdades de fé; c) para refutar aqueles que se opõem à fé (apologética) (p. 157-159).

A obra segue o esquema neoplatônico da *imanência* (livro I, que considera Deus em si mesmo); da *processão* (livro II, sobre a derivação das criaturas a partir de Deus) e do *retorno* (livro III, acerca da tendência das criaturas em direção a Deus como fim). Quanto a este último, se aplica às verdades também alcançáveis com o mero uso da razão. Já o livro IV e último versa sobre as verdades de fé que transcendem a razão (p. 161). Enquanto a *Summa Theologiae* possui um caráter mais estritamente teológico, a *Summa contra gentiles* possui um estilo híbrido, isto é, teológico e filosófico (p. 162).

Seguindo esse plano, Tomás se confronta naturalmente com o tema da existência de Deus, através de um primeiro esboço das cinco vias. Neste particular é interessante que o Autor recorde que o argumento anselmiano não tinha intenção de provar a existência de Deus, mas sim revelar a sua *evidência* (p. 163). Ora, como sabemos, para o Aquinate, Deus é evidente em si mesmo porque a sua

essência coincide com o seu próprio ser. Contudo, a razão humana não está capacitada para vislumbrar tal coincidência (p. 163). Interessante e clara é a explicação sobre o porquê o *Verbum* se aplica apenas ao Filho e, em paralelo, o motivo de sua aplicação ao conhecimento intelectual (p. 179-180).

Em outro subtítulo o professor italiano discute a “existência de criaturas formalmente necessárias”. Aqui também a sua explicação tem grande valor. A distinção oferecida no início é fundamental: Deus *conhece necessariamente* todas as coisas, mas isso não significa que as *quer necessariamente* (em outras palavras, Deus é onisciente, mas não é “onivolente”). A vontade de Deus, embora imutável, preserva a contingência das coisas (movidas, aliás, por causas segundas também *contingentes*). Aqui se aplica o exemplo clássico: se Sócrates corre, é necessário que ele corra; todavia, isso não significa que é *per se* necessário que ele corra. E conclui: “assim, *se e somente se* Deus quer uma coisa, ela acontecerá necessariamente, sem que isso comprometa a contingência intrínseca das coisas” (p. 182).

Considerando as criaturas do ponto de vista do filósofo e do teólogo, enfatiza que o primeiro trata-as como são em si mesmas e o segundo como são ordenadas a Deus. Ademais, um dos pontos relevantes apontados nesse sentido é o fato de que a *Summa contra gentiles* já defenda a impossibilidade de se provar pela razão a criação do mundo no tempo

(ao contrário do que pensavam os franciscanos). Ademais, o tema do intrínseco imperativo da incorruptibilidade das substâncias separadas leva à negação do hilemorfismo universal (p. 192). Encontramos, por outra parte, a estrutura ontológica já enunciada no *De ente*: a) num nível inferior, nas substâncias corpóreas, existe uma dupla composição de potência e ato: uma entre forma e matéria, que constitui a essência, e outra entre a própria essência e o ser; num nível superior, as substâncias separadas admitem apenas uma composição, isto é, entre forma (neste caso a essência) e o ser; c) Deus é o único Ser que não possui qualquer tipo de composição (nem potencialidade) (p. 195). Em seguida menciona a “impossibilidade de uma multiplicidade numérica de anjos de uma mesma espécie”, lamentando-se não poder se estender na “extremamente fascinante” angelologia tomista (p. 196).

No subtítulo “alma e formação do embrião” é interessante notar o quanto algumas teses de antropologia e psicologia já estão delineadas *ex professo* no início da carreira acadêmica do Doutor Angélico: 1) a unidade da alma; 2) a alma é a forma substancial do composto humano; 3) não existe um intelecto possível separado da alma; 4) tese esta contrária às intenções do próprio Aristóteles; 5) refuta teses “organicísticas” (de Alessandro de Afrodísia e Galeno); 6) o intelecto possível não é único para todos os homens; 7) é inegável a admissibilidade de uma memória intelectual; 8) o

intelecto agente tampouco é uma substância separada; 9) a alma é criada junto com o corpo (p. 198-199).

Ademais, no subtítulo “felicidade filosófica e beatitude ultraterrena”, Porro revela que seu autor defende que a felicidade pertence principalmente à esfera intelectual (o amor para o Aquinate deriva necessariamente do conhecimento): “a felicidade última do homem consiste na contemplação da verdade” (p. 205). Ora, esta verdade consiste no conhecimento de Deus por essência e, portanto, inalcançável nesta vida (p. 210).

Este capítulo se encerra com a abordagem de outros escritos do período de estadia em Orvieto (1261-1265). Para tomar uma obra como exemplo: o *Comentário a Jó* é “inteiramente dedicado a mostrar com raciocínios prováveis que os eventos humanos são guiados pela providência divina” (p. 214). Também nesta época compõe a famosa *Catena aurea*, exposição contínua sobre os quatro Evangelhos, segundo o sistema de glosa. O Autor revela um dado impressionante para um escritor medieval: nesta obra são citados nada menos que 57 padres gregos e 22 latinos, entre os quais alguns até então desconhecidos no Ocidente. Outros escritos deste período são: *Expositio super primam et secundam decretalem*, *De emptione et venditione ad tempus*, *De articulis fidei et ecclesiae sacramentis*, *Contra errores Graecorum* e o *De rationibus fidei*.

O quarto capítulo percorre os anos sucessivos em Roma, durante os quais elaborou a sua obra mais ilustre, a *Summa Theologiae* (1265-1268). No *studium* do Convento de Santa Sabina, o Aquinate ensinou praticamente sozinho (ou pelo menos não há notícia de outros mestres, leitores ou bacharéis) (p. 224). Ao compor o seu *opus magnum* para seus alunos, é provável que tivesse em vista corrigir a formação casuística, prevalente até então.

De grande relevância filosófica é o comentário ao *De divinis nominibus* de Dionísio, composto também durante este período romano. Trata-se da primeira obra significativa na qual o Aquinate dialoga diretamente com a tradição platônica. De particular interesse e originalidade é o comentário sobre a beleza enquanto nome divino. Recorda os elementos fundamentais do belo, isto é, a *consonantia* e a *claritas* (neste caso, a *integritas* fica subentendida). Em comparação com o bem, o belo “acrescenta uma referência à faculdade cognoscitiva que diz respeito ao seu ser” (par. 356, cit. in p. 247). Porro questiona a razão pela qual o belo não seria mais aparentado com o verdadeiro (recorde-se que o belo é definido como *id cuius ipsa apprehensio placet*). Esta questão foi omitida pelo Aquinate em razão de ser alheia ao próprio pensamento dionísiano. Além disso, enfatiza um aspecto interessante: o bem diz mais respeito à causa final e o belo à causa formal (p. 245-248).

O *Compêndio de Teologia* é outro texto importante dos anos de docência na Cidade Eterna. Esta síntese pode ser muito útil para acessar rapidamente as posições teológicas de São Tomás (p. 250).

As *Questões disputadas sobre a potência* (*De potentia*) foram compostas verossimilmente em preparação para a redação da *Summa*. Porro salienta que o poder do Sumo Ente apenas pode se dirigir ao ente (a tudo o que pertence à *ratio entis* e não para aquilo que não pode ser ou o impossível). Nesse âmbito fica excluída a contradição: “portanto, não pode fazer que a afirmação e a negação sejam ao mesmo tempo verdadeiras, nem fazer que este tipo de impossibilidade seja aplicado a algo” (q. 1, a. 3 cit. in p. 252). Como já foi mencionado, não é que Deus não possa fazer certas coisas, mas que certas coisas simplesmente não podem ser feitas em absoluto (defeito da potência passiva). Em síntese, “a onipotência divina tem sempre como seu limite o princípio de não contradição” (p. 252). Nesse sentido, Porro relembra que para Tomás há uma intrínseca impossibilidade de modificar o passado (ao contrário da tese de Pedro Damiano).

Neste escrito também se encontram alguns princípios de grande valor para a metafísica: “produzir algo do absoluto não ente pode ser possível somente pela sua potência infinita [de Deus]”; “o próprio ser é o mais comum, primeiro e mais íntimo de todos os outros efei-

tos”; “no dizer ‘ser’ se compreende a atualidade de todos os atos e a perfeição de todas as perfeições”; “no dizer ‘ser’ compreendo a perfeição máxima”, etc.

Em seguida, Porro dedica algumas páginas à *Prima pars* da *Summa Theologiae*. Cita o lúcido prólogo, no qual transcreve a forma literária pretendida por Tomás nesta obra: uma síntese clara, breve e ordenada e não repetitiva. Menciona também o público a quem se dirige, a saber, os principiantes na teologia. De fato, como reitera o Autor, parece que o Aquinate estava descontente com os manuais de seu tempo, muito concentrados na casuística (p. 265-266). Trata-se, pois, de uma simples introdução à teologia. Mas uma introdução que contém nada menos que 512 questões e 2.669 artigos...! No entanto, conforme pondera o Autor, o *opus magnum* do Aquinate jamais deve ser considerado “abstrato”. Antes, verifica-se nele uma redação bastante compreensível, aliada a uma límpida linguagem. A *Summa Theologiae* também segue o mencionado modelo tripartido de inspiração neoplatônica (*exitus-reditus*) nos moldes da *Summa contra gentiles*: trata inicialmente da ordem de Deus e sua criação (*Prima pars*), em seguida do movimento da criatura em direção a Ele (*Secunda pars*) e, por fim, sobre a via que reconduz a Deus, isto é, o próprio Cristo (*Tertia pars*).

De grande destaque são as famosas cinco vias da segunda questão da primeira parte da *Summa*. Como se

sabe, todas elas partem dos efeitos para remontar à Causa (ou seja, são argumentos *a posteriori*). É sedutor o argumento de Porro: a segunda via não é senão uma reproposta da primeira, substituindo a ideia do motor imóvel por aquela da causalidade eficiente, com provável inspiração de Avicena, pois Aristóteles preferia não separar a causa motriz da eficiente (p. 272). Mais clara ainda é inspiração do autor persa na terceira via. Além disso, vale notar o surpreendente silêncio do Autor acerca da indiscutível inspiração neoplatônica na quarta via, sem a qual é impossível compreendê-la. Por outro lado, é mister concordar com ele no sentido de que a quinta via é a mais simples e a mais intuitiva (embora, como sabemos, para São Tomás esses títulos seriam reservados à primeira via).

Em prevenção a críticas, Porro recorda ainda que as provas das vias são gerais e não conduzem a Deus tal como Ele é em si mesmo (na amplitude revelada pela Sagrada Bíblia, por exemplo). A passagem do Deus dos filósofos para o Deus da Revelação deve incluir um passo ulterior não contido, como é óbvio, no texto das cinco vias. Por isso, conclui: “As cinco vias (enquanto demonstrações *quia*) não têm a ambição de provar diretamente, apesar das aparências, *que Deus é*, o *ser de Deus*, mas somente o fato de que (a partir dos efeitos) *existe uma causa primeira que podemos de qualquer modo identificar com Deus*” (p. 276).

Inserem-se na *Prima pars* as questões sobre o conhecimento humano. De grande utilidade é a síntese oferecida nesta monografia a respeito do tão falado “realismo” tomista, diferenciando-o daquilo que se denominou “representacionismo”.

Outro livro que contém elementos filosóficos é o *Sobre o reino*, dedicado a um rei (até hoje desconhecido) de Chipre. Entre os temas tratados encontramos: a dimensão intrinsecamente política do homem graças à faculdade de se utilizar da linguagem, os diferentes regimes políticos possíveis, a questão do tiranicídio e as condições naturais para a instituição de um reino (por exemplo: a disponibilidade dos meios de subsistência).

Já as *Quaestiones de anima* reconstroem alguns pontos fundamentais da antropologia do Aquinate (p. 290). Para Porro, revela-se que “é difícil encontrar no pensamento ocidental um pensador mais radicalmente antidualista que Tomás” (idem). Ou seja, na essência do homem encontra-se a união de corpo e alma, e a possibilidade da subsistência desta se funda em sua capacidade de operar sem o concurso do corpo (p. 292). Nesse sentido, também discorre sobre a natureza do intelecto possível e do agente, bem como acerca da questão de sua unicidade, universalidade e separabilidade. Nesse contexto se insere ainda uma versão — mais frequente entre os franciscanos — do chamado “agostinismo platonizante”, isto é, “a combinação do iluminacionismo agosti-

niano com a teoria aviceniana do *dator formarum*, feito para coincidir propriamente com Deus” (p. 294). De resto, trata do hilemorfismo, da diferenciação entre a alma humana e os anjos, além de questões fundamentais sobre o modo em que ocorre a união da alma com o corpo (sem nenhuma forma intermédia) e da unicidade da alma (existe apenas uma alma humana que é ao mesmo tempo racional, animal e vegetativa)

O professor italiano destaca ainda a questão 12, que pergunta se a alma coincide com suas potências; a questão 14, sobre o problema da imortalidade da alma, provada de modo filosófico graças a suas propriedades; e a questão 16, referente ao longo debate sobre a possibilidade de a alma, enquanto unida ao corpo, conhecer as substâncias separadas. Menos problemática é a seguinte questão, isto é, se as almas separadas podem conhecer as substâncias separadas. Já a última se volta a uma intrincada controvérsia, muito debatida no Medievo: como é possível que a alma separada, privada do corpo e das potências sensitivas, padeça das chamas do inferno? A solução, como faz notar o Autor, é genial: “O fogo infernal não exerce o seu papel punitivo enquanto queima ou esquenta a alma, mas sim enquanto a ‘detém’, enquanto serve de algum modo de cárcere, contrastando o seu desejo natural: em suma, a alma sofre pelo fato de estar subordinada a algo inferior a si, enquanto corpóreo, sendo, em contrapartida, destinada a estar uni-

da a Deus na fruição beatífica. Desse modo, Tomás exclui toda forma de dor física na alma por obra do fogo, substituindo-a pela tristeza interior que aflige a alma por estar retida contra a sua vontade, conservando ao mesmo tempo, em prol da ortodoxia, que o fogo infernal seja efetivamente corpóreo e a sua ação real” (p. 305). A doutrina tomista, que objetivava fugir da simples interpretação metafórica do fogo do inferno, foi duramente criticada e condenada por seus adversários, inclusive por Tempier, Bispo de Paris (em duas ocasiões). Contudo, os dominicanos não deixaram de contra-atacá-los à altura.

As *Questões sobre as criaturas espirituais*, disputadas na Itália entre novembro de 1267 e setembro de 1268, tratam de alguns temas conexos às *Quaestiones De anima*. De particular importância é a oitava questão, que retoma a tese segundo a qual os anjos se diferenciam entre si segundo a espécie, em virtude da ausência de matéria (princípio de individualização). Aqui também antecipa algumas das demandas mais complexas tratadas posteriormente de modo pormenorizado no *De unitate intellectus*.

O comentário ao *De anima* abre um novo gênero de escritos para Tomás, isto é, os comentários a Aristóteles, prevalentes na segunda regência parisiense e nos últimos anos de sua vida acadêmica em Nápoles. Esta nova realidade foi possibilitada graças às traduções do grego para o latim realizadas por seu confrade Guilherme de Moerbeke. O escrito,

que caracteriza o conhecimento como autêntica perfeição da alma, foi ocasião para um confronto mais explícito com a psicologia averroísta. Como evidencia o Autor, o conceito do Doutor Angélico a respeito de Averróis se degradou da reputação de bom comentarista de Aristóteles (como na *Summa contra gentiles*) a deturpador de sua doutrina, como se percebe pelas críticas em seus últimos escritos, em particular no *De unitate intellectus*.

O período da segunda regência de Paris (1268-1272) foi certamente o mais profícuo da vida do mestre dominicano, mas também o que mais envolveu controvérsias, sobretudo pelas constantes querelas entre o clero secular e as novas e pujantes ordens mendicantes. Basta recordar os polêmicos *De perfectione spiritualis vitae* e o *Contra doctrinam retrahentium*. Vale notar que mesmo no contexto teológico-exegético encontram-se elementos importantes para a filosofia, como no *Comentário ao Evangelho de João*, considerado uma “nova reorganização dos modos de alcançar o conhecimento de Deus” (p. 315).

As *Questões disputadas sobre o mal* constituem um conjunto impressionante de 101 artigos para um tema bem delimitado. O mal é aqui interpretado em base neoplatônica, isto é, como privação do bem. O mal sequer pertence à ordem do ser, embora esteja sempre radicado em um sujeito (jamais no Bem absoluto). O mal não possui de si a causa no bem, mas somente em modo aciden-

tal. Importante distinção é aquela entre *malum culpae* e *malum poenae*. Eis a oportuna síntese do professor italiano: “Culpa e pena se diferenciam, portanto, em três aspectos. A culpa é o próprio mal da ação, a pena um mal do agente; a culpa depende da vontade, a pena se opõe a ela; a culpa está no agir, a pena está no padecer” (p. 322). Em seguida, Tomás examina o pecado (individual e original). Para o Aquinate a imortalidade é natural no homem, ao passo que a morte e a corrupção lhe são contrárias, como consequência da culpa dos primeiros pais. Esse tema conduz à abordagem da responsabilidade humana nos atos, em particular sobre a escolha (*electio*), intrinsecamente relacionada com a relação entre vontade e intelecto, bem como a questão de qual deles seria superior. Após pormenorizada explicação, o Autor sintetiza: “O intelecto, como busca pelo verdadeiro, é movido pela vontade (e isso corresponde perfeitamente à liberdade de exercício); mas os bens particulares, escolhidos pelo intelecto, se encaixam no verdadeiro, e são, portanto, subordinados, ao menos em parte, ao processo cognoscitivo próprio do intelecto. Em outros termos, se a vontade é aquilo que move o intelecto a operar, é também verdadeiro que a apreensão do bem — um ato do intelecto — precede a escolha volitiva. Se ainda se quisesse atribuir um rótulo, se deveria dizer que Tomás é um intelectualista muito moderado” (p. 330-331). O escrito aborda em seguida os vícios capitais e o

diabo. De fato, a questão 16 é considerada um verdadeiro tratado de demonologia. Destaca-se ainda o tema do pecado dos demônios e da sua influência sobre os homens.

Insere-se também no segundo período de estadia em Paris a redação da extensa segunda parte da *Suma Teológica*. Porro põe em foco a faculdade apetitiva, “que torna o homem, enquanto livre, senhor de seus atos” (p. 335). Dedicava algumas páginas às paixões humanas e à sua distinção. Cabe ressaltar que o Autor recorda que, para Tomás, “as paixões em si não possuem ainda uma dimensão moral” (p. 340) e a importância que este dá ao amor, pois “não há nenhuma outra paixão na alma que não pressuponha o amor” (I-II, q. 27, a. 4, cit. in p. 341). Seguem as questões relativas aos princípios intrínsecos do agir humano, em particular no que tange à prudência (no sentido da *phrónesis* aristotélica). Nas palavras do professor italiano, esta virtude é “o verdadeiro e próprio motor do raciocínio prático: ela busca aplicar os princípios universais pré-conhecidos (os fins) aos casos particulares e contingentes, determinando o que se deve fazer, em vista daqueles fins, em toda circunstância determinada” (p. 345). Também recorda a sua natureza “híbrida”, pois é intelectual e moral (especulativa e prática).

A seguir trata sobre as virtudes morais *in genere*. O livro sublinha que estas não são possíveis sem as virtudes intelectuais (ao menos o intelec-

to e a prudência), enquanto que o contrário não ocorre (à exceção da própria prudência). Parte importante da *Summa* para a filosofia é o tratado sobre a lei, como princípio externo do agir humano (do ponto de vista estritamente sobrenatural encontra-se a graça). De particular valor é a precípua contribuição do Aquinate à teoria da lei natural. Contudo, não podemos concordar com Porro no sentido de que, “por causa de possíveis impedimentos oriundos das disposições naturais”, a lei natural se “registra na maior parte e não na totalidade dos casos” (p. 353-354). A razão de nossa opinião é fornecida pelo próprio Aquinate: tais princípios inatos (do ponto de vista especulativo ou prático) *sempre existem*, embora, às vezes, simplesmente não podem passar ao ato (cf. *S. Th.*, I, q. 84, a. 7, co.). Tomás segue, sem dúvida, o axioma aristotélico: “*principia semper oportet manere*” (*Phys.* I, 6, 189a19-20).

A segunda parte da segunda parte da *Summa* é especialmente extensa, pois trata de uma análise minuciosa de casos particulares de virtudes e vícios, cujo exame detalhado seria impossível para a presente resenha. Entre os temas destacados pelo Autor está o direito, a justiça, a guerra justa e o primado da vida contemplativa.

É plausível que o Aquinate tenha decidido comentar a *Ética a Nicômaco* de Aristóteles neste período para se aprofundar no campo da moral. Porro sintetiza o quanto o Doutor Angélico se nutriu da filosofia prática peripa-

tética não somente para redigir o próprio comentário a esta obra, mas também com vistas à elaboração da *Secunda Secundae*, como se pode perceber pelos temas conexos: “racionalidade do agir humano, papel moralmente neutro das paixões, construção de uma ética fundada sobre as virtudes como hábitos ou disposições que inclinam a determinados atos” (p. 363).

De menor importância são as questões disputadas *Sobre a virtude* e *Sobre a união do Verbo encarnado*, a respeito das quais Porro dedica apenas duas páginas.

As questões *Quodlibeta* I-VI e XII abarcam também o período da segunda estadia em Paris. Os temas são bastante variados, o que desfavorece na realização de uma abordagem unitária. Contudo, Porro consegue ainda oferecer alguns pontos fundamentais de intercâmbio de temas, tais como o agir humano e a angelologia (em particular, a operação dos anjos). O *Quodlibet* I (q. 7, a. 2) excogita uma pergunta peculiar: “Se alguém deveria abandonar o estudo da teologia, mesmo sendo capaz de ensinar aos outros, para se dedicar à salvação das almas?”. A resposta se baseia no princípio segundo o qual aqueles que dirigem ou guiam um trabalho possuem um papel superior na ordem das coisas do que os que operam manualmente (como o arquiteto em comparação ao pedreiro). De modo análogo, “no edifício espiritual — defende São Tomás — é melhor ensinar a sagrada doutrina

(*sacra doctrina*), e mais meritório, se se age com boa intenção, do que dedicar-se em particular à salvação deste ou daquele” (cit. in p. 368).

A seguinte secção deste capítulo quinto trata sobre os demais comentários aos livros aristotélicos. É notável nestes textos o quanto Tomás revela os seus dotes de comentarista, com grande respeito à *intentio auctoris*, embora jamais despreze a *veritas* (i.e. como são as coisas de fato), por intermédio de uma insigne seriedade científica (p. 372-373.379). Os comentários se dividem em duas modalidades: as *sententiae* (de matriz literal e pouco analítica) e aquelas em forma de *expositio* ou *quaestiones*, que indicam precisamente o contrário. É provável que a preocupação dominante nestes comentários fosse tornar o Estagirita acessível aos latinos, seguindo as trilhas de seu mestre Alberto Magno. De particular interesse na obra é a sinalização das passagens em que o Aquinate segue o *Commentator* por antonomásia (Averróis) e nas quais, em realidade, se distancia (em especial no comentário à *Física*).

Quanto à *Física*: trata do ente em movimento *in genere* e os demais livros de filosofia natural tratarão de alguns setores deste âmbito. Digno de nota é o fato de que Tomás insira o *De anima* — como o faz, aliás, Aristóteles — no âmbito específico da filosofia natural, embora a psicologia possua, é claro, relações com a ética e a metafísica.

Já no campo da filosofia racional, Tomás comenta diversos tratados aristotélicos, seguindo a clássica divisão tripartida dos atos do intelecto. Também aqui Porro é compelido a sintetizar o tema. Vale notar que o Aquinate, no comentário ao *De interpretatione*, se pergunte por que a verdade se encontra propriamente no segundo ato do intelecto. Mais uma vez segue a Aristóteles quanto à dupla perspectiva do “ser”, isto é, em sentido existencial (p. ex.: “Sócrates é”), ou aquele predicamental ou de cópula (p. ex.: “Sócrates é branco”). Ademais, trata da questão dos futuros contingentes, tema complexo que o Autor revela dominar. Quanto ao comentário aos *Analytica posteriora*, interessante é o que sugere Porro a respeito dos princípios evidentes.

Ademais, o livro alerta acerca da impossibilidade de uma pormenorização da meticolosa análise do Aquinate a propósito da *Metafísica* aristotélica. O problema do sujeito (*subiectum*) da metafísica é discutido sobretudo no prólogo, de modo paralelo ao exposto no *Comentário ao De Trinitate* de Boécio. Enquanto todas as demais ciências possuem um sujeito determinado, a metafísica é a única que trata do *ens commune*. Também recorda que todas as ciências e artes são ordenadas a um único fim, isto é, a felicidade (*beatitudo*) e o papel do sábio é propriamente ordenar (*sapientis est ordinare*). Esta ciência também é chamada de: “ciência divina”, por se dedicar às substâncias sepa-

radas; “metafísica”, por se dirigir às coisas que sucedem além da realidade física; e “filosofia primeira”, porque se volta às causas primeiras do ser. Utilíssima é a focalização do tema da predestinação a partir da teoria do *triplex gradus causarum*.

O *Comentário à Política* — infelizmente bastante incompleto — não oferece uma perspectiva cabal sobre a teoria política tomista, certamente melhor reconstruída a partir de obras como o *De regno* e a própria *Summa*. Ademais, não pode ser considerado um escrito com marcantes traços de originalidade. Tomás é fiel a Aristóteles quanto à premissa de que o homem é um animal político e que a vida social ocorre por intermédio da linguagem.

Como já se registrou, alguns dos comentários às obras do Estagirita tinham como provável objetivo, ainda que secundário, auxiliar na redação de obras teológicas. Por certo, na ótica tomista, o bom teólogo também deve ser versado nas ciências profanas para a adequada realização de seu ofício (p. 402-403).

O Doutor Angélico também comentou outras duas importantes obras não aristotélicas em sua segunda estadia em Paris. A primeira foi o *Liber de causis*, de autoria desconhecida, embora circunscrita ao âmbito da filosofia de língua árabe do círculo de al-Kindi (795-865ca.). Tomás foi o primeiro a reconhecer a herança procliana deste escrito, antes equivocadamente credita-

do a Aristóteles. Note-se que o Aquinate segue a sua doutrina da causalidade, com reinterpretações, em particular quanto à proposição 4 (*prima rerum creatarum est esse*) e à proposição 9 (*causae primae non est yliathim*). O outro livro em questão é o *Comentário ao De ebdomadibus* de Boécio, redigido à maneira de exposição literal. O ponto auge da análise tomista é certamente a distinção entre *esse* (ser) e *id quod est* (aquilo que é), embora a obra boeciana se dedique em específico a apurar se as coisas boas finitas são boas em base à sua própria substância ou por participação. Tomás, por sua parte, se inspira em Aristóteles para interpretar este particular desta obra neoplatônica.

A *Carta à duquesa de Flandres* versa em específico acerca da assim chamada “questão hebraica”, no sentido da maneira adequada de tratar os hebreus na sociedade. É lamentável que esta obra já tivera a injusta e anacrônica pecha de ser “antissemita”... Na realidade, Porro evidencia que Tomás é contra, por exemplo, o batismo forçado de crianças filhas de pais hebreus, não só pelo perigo para a fé, mas porque esta ação seria inclusive contrária à própria justiça social.

Além dessas obras, registra o Autor: “Durante os últimos anos de seu ensino, entre Paris e Nápoles, Tomás compôs diversos outros opúsculos em resposta às solicitações provenientes dos confrades, amigos e outros interlocutores, sobre temas os mais díspares” (p. 421). O Doutor Comum se revela não somen-

te como autoridade em matéria teológica, mas também na esfera filosófica e científica, ao responder, por exemplo, a um “cavaleiro ou soldado transalpino” sobre “*As operações ocultas da natureza*”. Sobre o insólito tema da influência dos corpos celestes nos acontecimentos sublunares, encontra-se outro opúsculo, a saber: *A consulta dos astros*. Paralelo a este tema é o *De sortibus*, sem dúvida um dos mais singulares da *opera omnia* tomista, pois pretende responder acerca da licitude de tirar a sorte com vistas a auxiliar numa determinada escolha. Outros dois pequenos escritos de menor relevância são o *De mixtione elementorum* e o *De motu cordis*.

O mestre dominicano também oferece pareceres e respostas de natureza teológica com fundo filosófico: um parecer sobre a fórmula de absolvição e as ditas respostas a 36 artigos e a 43 artigos. Para compreender o seu valor, basta citar a conclusão do professor italiano: “Longe de serem textos para a ocasião, de importância marginal, as *Responsiones* repropõem assim com grande clareza dois aspectos essenciais do pensamento tomasiano: a grande confiança no curso ordenado da natureza, que liga Tomás à tradição peripatética greco-árabe e deixa pouco espaço para aquilo que as substâncias separadas poderiam fazer além desse próprio curso, e a reinvidicação da plena e rigorosa autonomia entre a doutrina da fé e a filosofia — autonomia a preservar não somente em

favor da filosofia, mas ainda mais pelo interesse da própria fé” (p. 438).

Além disso, Tomás tomou parte em polémicas distintamente filosóficas (sem evitar conexões teológicas), como se testemunha pelos opúsculos *De unitate intellectus* e *De aeternitate mundi*. Dois aspectos relevantes apontados pelo Autor em ambos escritos: em primeiro lugar, a denúncia de erros que contrastam com a intenção de Aristóteles e, em segundo lugar, a rejeição à pretensão de se demonstrar o indemonstrável. Isso se verifica na impossibilidade de provar filosoficamente a criação temporal do mundo, ou ainda, pelo abandono de certas teses, por parecem à primeira vista absurdas (revela-se aqui, ademais, a sua honestidade intelectual).

O objeto de discussão do primeiro escrito polemista é a unidade do intelecto possível, tema já discutido anteriormente. Certas passagens chegam a possuir tons “duros e até mesmo violentos” (p. 440). A prova oferecida se concentra em demonstrar que a doutrina averroísta — na realidade o que interpretavam certos autores a respeito dela — se opõe neste particular à própria letra aristotélica. O Aquinate não hesita em apodar Averroís de “depravador” de Aristóteles e investir contra o mestre secular Sigieri de Brabante, por este nem sequer conhecer a doutrina e a tradição peripatéticas. A síntese da argumentação tomista é oferecida no livro, baseando-se em três argumentos principais: 1) mostrando que a união do intelecto ao homem

ocorre pela própria natureza de animal racional, e não pela sensibilidade ou por um suposto intelecto separado; 2) pensar em ato significa apenas que o intelecto possível é informado pela *species* inteligível (enquanto pensada), ao passo que o fantasma se encontra apenas no âmbito da potência; 3) a *species* tampouco é aquilo que se pensa, mas o *meio pelo qual* se conhece, conquanto o intelecto é *aquilo que conhece*. Por fim, vale sublinhar que a identidade de conteúdos das coisas conhecidas não requer a unicidade dos intelectos pensantes. No segundo opúsculo (*Sobre a eternidade do mundo*) o Aquinate levanta a questão da não contradição de pensar que o mundo tenha sido criado desde toda a eternidade, embora reconhecendo que, pela Revelação, isso ocorreu no tempo.

Outro escrito importante desse período é o *De substantiis separatis*. Nele se revela a grande maturidade da obra de Tomás, em particular por sua sábia reflexão a respeito das diversas escolas de pensamento. O Doutor Angélico critica tanto o platonismo pela admissão de universais separados, mas também não se exime em condenar o aristotelismo pela substancial negação da existência dos demônios, além de postular a estrita ligação entre o número de substâncias separadas e os movimentos celestes. Ademais, aponta as doutrinas em que Platão e Aristóteles estão de acordo no assunto das substâncias separadas como, por exemplo, o erro em defender a sua criação *ab aeterno*.

O último capítulo se dedica ao postremo período acadêmico, em Nápoles, acrescido de alguns elementos sobre o legado do Doutor Angélico. De volta à Itália, dedica-se à redação da terceira parte da *Summa* e completa outros comentários a Aristóteles. Trata-se, sem dúvida, de um período menos profícuo do ponto de vista literário. Isso ainda é mais manifesto após o fim de 1273, período durante o qual se presume que tenha experimentado um rapto místico, após o qual exprimiu: “Tudo o que escrevi me parece palha”. Depois de contemplar realidades tão sublimes, não fazia mais sentido ao Santo Doutor continuar a elaborar novos escritos, embora talvez não o pudesse evitar (certamente com ainda mais inspiração!), como foi o caso do célebre hino *Adoro te devote*, cuja redação teria sido realizada do próprio leito de morte em Fossanova, onde veio a falecer a 7 de março de 1274.

Após seu transcurso terreno, Tomás continuou a ser objeto de duros ataques, sobretudo por parte de teólogos franciscanos, mas também de seus confrades (como Roberto Kilwardby, bispo de Cantuária), além do próprio Tempier, bispo de Paris. A resposta dominicana não tardou em chegar — e com veemência —, através de um original gênero literário: as ditas “correções da corrupção” (*correctoria corruptorii*). Nesse sentido, os primeiros tomistas poderiam bem ser definidos como “defensores de Tomás”. Por outro lado, vale mencionar que as obras do Aquinate encontraram

adeptos até mesmo no mundo hebraico e bizantino (poucas evidências entre os maometanos). Três fatores consolidaram sua fama no mundo católico em períodos distintos: sua canonização em 1323, a proclamação como Doutor da Igreja em 1567 e, por fim, a encíclica *Aeterni Patris* de 1879.

O livro também é nutrido por uma ótima bibliografia e uma cronologia sintética da vida e da obra de São Tomás. É desfechado por um índice de nomes, o qual poderia ser combinado com um eventual e bastante útil índice de temas.

Pode-se afirmar, sem hesitação, que esta erudita e ao mesmo tempo acessível obra é recomendada tanto para leitores neófitos quanto para os mais avançados. Não seria exagerado afirmar que ela seria quase indispensável para o estudo da filosofia do mestre dominicano na atualidade.

LIMA, Maria de Lourdes Corrêa. *Mensageiros de Deus: Profetas e Profecias no Antigo Israel*. Rio de Janeiro: Reflexão, 2012, 156p. ISBN: 978-85-61859-52-7.

A fim de enriquecer o vasto estudo teológico das Sagradas Escrituras, a PUC-Rio traz a lume mais uma preciosa obra. Visa ela, de modo claro e objetivo, oferecer noções básicas sobre as pessoas que serviram de instrumento de Deus para levar a mensagem de Salvação ao povo de Israel. A obra é de proveito a leitores interessados nos escritos proféticos.

A Autora é licenciada em Educação pela PUC-Rio e Doutora em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, além de docente da

Em suma, a abordagem de *Tommaso d'Aquino* facilita perceber a evolução do pensamento do Aquinate ao longo dos anos de produção literária. De fato, a intenção de Porro é descortinar um horizonte vasto, embora sem pretensões exaurientes, mas sempre proporcional à envergadura do autor tratado. Ao mesmo tempo não se limita a seguir um sistema estanque e infértil. De fato, a sistematização da obra de um autor numa monografia há de ser utilizada em favor da verdade, jamais para servir a ideologias preconcebidas. E isso Porro o realizou com maestria ímpar.

Felipe de Azevedo Ramos, EP
(Professor – IFAT)

Sagrada Escritura da PUC-Rio e do Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Os escritos proféticos do Antigo Israel foram muito estudados e aprofundados por diversos autores, entre os quais os Padres da Igreja, além de serem amplamente citados pelo Magistério. A Autora analisa os livros proféticos do Cânon Bíblico Católico do ponto de vista teológico e espiritual.

No capítulo inicial aborda alguns assuntos esclarecedores para a com-